



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

Ata da 133ª Reunião Ordinária

18 de agosto de 2026

1 No dia 18 de agosto de 2026, em terceira e última convocação, integrantes do Conselho Municipal dos
2 Direitos das Mulheres de Londrina (CMDM) reuniram-se para a 133ª Reunião Ordinária do CMDM - Gestão
3 2026/2030. A reunião foi realizada de forma presencial no Auditório da Secretaria Municipal de Políticas
4 para as Mulheres, sito à Rua Assunção, 189, sala 6. Conforme Ofício Circular 008/2026-CMDM a reunião
5 teve a seguinte proposta de pauta: 1) Apresentação e aprovação da pauta; 2) Aprovação da ata da reunião
6 ordinária de julho (leitura prévia); 3) Correspondências recebidas e expedidas (leitura prévia); 4) Relato dos
7 encaminhamentos acerca das dúvidas suscitadas na eleição da Comissão Diretora em 21/07/2026; 5)
8 Relato dos encaminhamentos relacionados ao pedido de impugnação da eleição da Presidência do CMDM;
9 6) Manifestação das partes: impugnante e impugnada; 7) Encaminhamentos para a recomposição da
10 Comissão Diretora; 8) Encaminhamentos para a 1ª Eleição Complementar da Gestão 2026-2030 do CMDM
11 (movimento estudantil e mulheres do campo); 9) Informes. **Conselheiras(os) presentes:** Marisol de
12 Oliveira Chiesa, Fernanda Serenário, Rosangela Portella Teruel, Tatiene Matoba de Avila (esqueceu de
13 assinar a lista), Priscila Alexandra Colmiran, Lianne Namie Hachiya, Gislaine Aparecida de Araujo
14 Matoso Domingues, Rani Raquel Soares Nunes Aliberti, Osvaldo De Souza Campos Junior, Suzete
15 Santos de Almeida, Deny Hideky Arasaki, Ana Clara Foleiss Valone, Patrícia Selvatici Preto, Graziella
16 Santana Damante, Rosalina Batista, Argélia Colares Almeida, Elaine Ferreira Galvão, Sueli Galhardi,
17 Martha Celia Ramirez Galvez, Maria Madalena Gomes dos Santos Sbizera, Giovana Montosa Moraes,
18 Mara Lucia Silvestre, Edmara Alves, Ursula Boreal Lopes Brevilheri, Suely de Fátima de Magalhães,
19 Silvana Aparecida Mariano, Adriane Aparecida Loper, Gislaine Dias Elias. **Ausências justificadas:** Daniely
20 Mostaço Monti, Letícia Caroline Gonçalves Mendes, Elizete Aparecida Rodrigues Galdino, Mayra Nigte
21 Ra Zacarias. **Outras(os) participantes:** Rebeca F. Souza Goes (Projeto Hafura), Yanka Cristine Barbosa
22 (SMPM), Amanda B. Gonçalves (SMPM), Deise Vieira Tokano (Semipi), Cristiane de Souza Lima (Advogada –
23 esqueceu de assinar a lista). **1) Apresentação e aprovação da pauta:** Tatiene coloca a pauta para
24 aprovação da plenária. Elaine pede inclusão de um ponto de pauta, antes dos informes, sobre a
25 substituição da servidora Mariluci Queiroz dos Santos. Pauta aprovada com a inclusão. **2) Aprovação da**
26 **ata da reunião ordinária de julho (leitura prévia):** Ursula pediu alteração na linha 149 da minuta, sendo a
27 alteração realizada imediatamente. Após alteração, ata aprovada com uma abstenção. **3)**
28 **Correspondências recebidas e expedidas (leitura prévia):** A conselheira Silvana solicitou que as
29 correspondências, que atualmente constam resumidas no ofício de convocação, sejam encaminhadas na
30 íntegra para as conselheiras e conselheiros para leitura prévia. **Correspondências expedidas:** a) SEI
31 19.026.131947/2026-49: encaminha solicitação da MATRIA - Mulheres Associadas, Mães e Trabalhadoras
32 do Brasil para ciência da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres e da Comissão Diretora do
33 CMDM. **Correspondências recebidas:** a) SEI 19.026.125970/2026-02: no bojo do processo foram
34 encaminhados para ciência do CMDM: - Pedido de Impugnação Administrativa apresentada por Cristiane
35 de Souza Lima em face da candidatura da Sra. Sueli Galhardi ao cargo de Presidente da Comissão Diretora
36 do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres – CMDM e da eleição realizada em 21 de julho de 2026
37 para o biênio 2026/2028; - Manifestação apresentada pela parte impugnada; - Despacho terminativo da
38 Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres declarando a nulidade da eleição e determinando a
39 realização de nova eleição exclusivamente para o cargo de Presidente, no prazo máximo de 30 dias e o
40 exercício interino da Presidência pela Vice-Presidente eleita, que deverá permanecer no exercício da
41 função até a posse da pessoa que vier a ser validamente eleita para o cargo. b) E-mail da MATRIA -



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

Ata da 133ª Reunião Ordinária

18 de agosto de 2026

42 Mulheres Associadas, Mães e Trabalhadoras do Brasil solicitando esclarecimentos do CMDM acerca de
43 manifestação pública atribuída à membra da Comissão Diretora, Ursula Boreal. A entidade solicita
44 formalmente ao Conselho: - que esclareça se o Conselho possui Código de Ética, Regimento Interno ou
45 normas de conduta aplicáveis aos seus integrantes; - que avalie institucionalmente a manifestação
46 reproduzida nesta notificação e sua compatibilidade com os deveres inerentes à representação e,
47 especialmente, ao exercício de função de direção no Conselho; - que esclareça quais mecanismos o
48 Conselho oferece para garantir que mulheres que defendem espaços segregados por sexo ou apresentam
49 críticas a determinadas políticas baseadas em identidade de gênero possam participar de seus debates
50 sem intimidação, constrangimento ou retaliação. A reunião foi conduzida pela Vice-Presidenta do CMDM,
51 agora Presidenta em exercício, Tatiene Matoba de Avila, e pela 2ª Secretária, Ursula Boreal Lopes
52 Brevilheri. Antes de iniciar os trabalhos, Ursula leu uma carta de boas-vindas à nova gestão, desejando que
53 todas e todos possam trabalhar de forma harmoniosa em prol das mulheres. **4) Relato dos**
54 **encaminhamentos acerca das dúvidas suscitadas na eleição da Comissão Diretora em 21/07/2026 e 5)**
55 **Relato dos encaminhamentos relacionados ao pedido de impugnação da eleição da Presidência do**
56 **CMDM:** A Presidente em exercício iniciou prestando esclarecimentos sobre os encaminhamentos
57 realizados após a reunião de 21 de julho de 2026, especialmente quanto às dúvidas suscitadas no processo
58 eleitoral da Comissão Diretora. Informou que foram solicitados pareceres jurídicos à Procuradoria-Geral do
59 Município – PGM, tendo sido recebida manifestação referente à interpretação do Regimento Interno e,
60 posteriormente, orientação quanto às denúncias de eventual assédio ocorridas no contexto eleitoral. Foi
61 informado que a Secretária Municipal, conforme parecer da PGM e no uso de suas atribuições, proferiu
62 decisão reconhecendo a nulidade da eleição para o cargo de Presidenta do Conselho, preservando os
63 demais resultados do processo eleitoral. Esclareceu-se, ainda, que deverá ser realizada nova eleição para a
64 Presidência, no prazo de até trinta dias, permanecendo a Vice-Presidente no exercício interino da
65 Presidência até a eleição e posse da nova representante da sociedade civil. Foi informado, por fim, que os
66 pareceres e os documentos pertinentes foram disponibilizados às conselheiras e aos conselheiros,
67 assegurando-se a ciência das pessoas envolvidas e a oportunidade de manifestação formal no processo
68 administrativo, com observância do contraditório, da transparência e da responsabilidade de cada parte
69 quanto às informações apresentadas. Também foram prestados esclarecimentos a necessidade de compor
70 uma Comissão Eleitoral para conduzir a nova eleição da Presidência. **6) Manifestação das partes:**
71 **impugnante e impugnada:** Na sequência, foram oportunizadas as manifestações das partes relacionadas à
72 impugnação do processo eleitoral. A Advogada Cristiane de Souza Lima, na condição de impugnante,
73 apresentou suas considerações acerca dos acontecimentos da reunião de 21 de julho de 2026, relatando
74 que, após consultar o Regimento Interno e a legislação municipal, entendeu haver impedimento à terceira
75 eleição consecutiva para o cargo de Presidente do Conselho. Esclareceu que sua manifestação não se
76 dirigia à pessoa ou ao trabalho da então candidata, mas à necessidade de observância das normas que
77 regem o processo eleitoral. A conselheira Sueli Galhardi, na condição de impugnada, manifestou-se sobre
78 sua atuação à frente do Conselho durante a gestão 2022–2026, destacando o trabalho desenvolvido em
79 defesa das políticas públicas para as mulheres. Informou que sua candidatura havia sido apresentada
80 diante de entendimentos anteriores acerca da possibilidade de reeleição, ressaltando, contudo, que
81 acatou prontamente o parecer da PGM de que deveria ser feita nova eleição para a Presidência. A
82 conselheira realizou a leitura de carta dirigida ao Conselho, na qual agradeceu a confiança, o apoio e a



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

Ata da 133ª Reunião Ordinária

18 de agosto de 2026

83 parceria recebidos durante os quatro anos de gestão. Destacou as conquistas e os desafios enfrentados, a
84 realização da XII Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres e a importância da continuidade da
85 defesa dos direitos das mulheres, desejando êxito às próximas gestões. A pedido da conselheira Sueli,
86 inserimos o texto da carta na íntegra: *“Ao Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres – CMDM.*
87 *Londrina, 18 de agosto de 2026. Prezadas(os) Conselheiras(os), Ao encerrar meu mandato à frente da*
88 *Presidência do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres, quero dirigir a cada conselheira(o) meu*
89 *sincero agradecimento pela confiança, pelo apoio, pelo diálogo e pela parceria ao longo desses quatro*
90 *anos. Foi uma gestão marcada por muito trabalho, desafios e, sobretudo, pelo compromisso com o*
91 *fortalecimento das políticas públicas para as mulheres. Assumimos a responsabilidade de defender e*
92 *ampliar os direitos das mulheres e de contribuir para que as políticas públicas voltadas a elas fossem*
93 *preservadas e fortalecidas, especialmente em momentos em que alguns serviços e iniciativas importantes*
94 *corriam o risco de serem descontinuados ou enfraquecidos. Buscamos conduzir o Conselho com*
95 *transparência, responsabilidade e diálogo, procurando construir pontes com diferentes instituições, órgãos*
96 *públicos, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e demais parceiros. Acredito que essa*
97 *capacidade de articulação foi fundamental para ampliar a atuação do Conselho e dar maior visibilidade ao*
98 *CMDM, às suas pautas e à importância do controle social na construção das políticas para as mulheres. Ao*
99 *longo desses quatro anos, tivemos conquistas, enfrentamos dificuldades, aprendemos e, principalmente,*
100 *construímos coletivamente. Cada conselheira(o), com sua experiência, sua disposição e seu compromisso,*
101 *contribuiu para que o Conselho pudesse cumprir o seu papel na defesa das políticas públicas e dos direitos*
102 *das mulheres. Encerramos este ciclo com a realização da XII Conferência Municipal de Políticas para as*
103 *Mulheres, que considero um importante marco de conclusão de todo esse processo de construção coletiva.*
104 *Foi uma Conferência realizada de forma tranquila, transparente e democrática, resultado de um amplo*
105 *processo de mobilização e participação social. Ao longo desse percurso, foram realizadas diversas pré-*
106 *conferências em diferentes territórios da cidade, promovendo espaços de diálogo, escuta e participação*
107 *que reuniram expressiva presença e representatividade das mulheres. Esse processo reafirmou a*
108 *importância de ouvir as diferentes realidades e demandas vivenciadas pelas mulheres nos territórios e,*
109 *sobretudo, de fortalecer a construção coletiva, democrática e participativa das políticas públicas para as*
110 *mulheres. Saio da Presidência com a certeza de que muito foi feito, mas também com a consciência de que*
111 *a defesa dos direitos das mulheres é um processo permanente, que exige vigilância, participação, diálogo,*
112 *compromisso e muita dedicação. Agradeço profundamente a cada conselheira(o) pela confiança e pelo*
113 *apoio durante minha gestão. Foi uma honra e uma grande responsabilidade ocupar a Presidência do*
114 *CMDM. Levo comigo o aprendizado desses quatro anos, as parcerias construídas e, sobretudo, a satisfação*
115 *de ter contribuído para uma causa que considero fundamental: a construção de uma sociedade em que*
116 *todas as mulheres possam viver com dignidade, autonomia, segurança e seus direitos plenamente*
117 *respeitados. Desejo às próximas gestões muito sucesso, força e disposição para seguir fortalecendo o*
118 *Conselho e as políticas para as mulheres. Com respeito e gratidão, Sueli Galhardi, Presidenta Gestão 2022-*
119 *2026, Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres, Londrina – Paraná.”* Sobre o processo eleitoral, a
120 conselheira Adriane manifestou que se sentiu constrangida com os pedidos de votos direcionados a ela. A
121 conselheira Silvana Mariano ressaltou, neste sentido, a importância de distinguir a articulação política, a
122 manifestação de apoio a candidaturas e a tentativa de convencimento, próprias dos espaços democráticos,
123 de condutas que possam caracterizar constrangimento, ameaça, assédio ou abuso de poder. Também



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

Ata da 133ª Reunião Ordinária

18 de agosto de 2026

124 foram registradas manifestações de reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela conselheira Sueli
125 Galhardi, enquanto Presidenta, bem como considerações sobre a importância da diversidade de opiniões
126 para o fortalecimento da democracia participativa. Por fim, reiterou-se que as questões relacionadas às
127 denúncias de eventual assédio seriam tratadas em processo administrativo próprio no âmbito da SMPM,
128 assegurando-se às pessoas citadas o acesso aos documentos e a oportunidade de apresentação de suas
129 manifestações e provas, para posterior análise e encaminhamento às instâncias competentes. **7)**
130 **Encaminhamentos para a recomposição da Comissão Diretora e 8) Encaminhamentos para a 1ª Eleição**
131 **Complementar da Gestão 2026-2030 do CMDM (movimento estudantil e mulheres do campo):** Dando
132 continuidade à pauta, foi apresentada a proposta de constituição de uma Comissão Eleitoral única, com a
133 finalidade de conduzir tanto a eleição complementar para preenchimento das vagas existentes no
134 Conselho quanto a nova eleição da Comissão Diretora, especificamente para o cargo de Presidenta. Foi
135 esclarecido que a comissão deverá ser composta de forma paritária, com representantes do poder público
136 e da sociedade civil, sendo que o critério para participação nesta Comissão Eleitoral é de que suas
137 integrantes não sejam candidatas à Presidência do CMDM, a fim de evitar conflitos de interesse. Após os
138 esclarecimentos e a concordância da plenária, foram indicadas as seguintes conselheiras como
139 responsáveis pela condução do processo eleitoral para a Presidência do Conselho Municipal dos Direitos
140 das Mulheres – CMDM, referente ao biênio 2026-2028, bem como pela realização de eleições
141 complementares destinadas ao preenchimento das atuais vacâncias do colegiado: Mara Lucia Silvestre e
142 Adriane Aparecida Loper, representando a sociedade civil, Marisol de Oliveira Chiesa e Gislaíne Aparecida
143 de Araujo Matoso Domingues, representantes governamentais. A plenária manifestou concordância com a
144 composição proposta, ficando definido que a Comissão Eleitoral deverá elaborar os instrumentos
145 normativos necessários, incluindo o regulamento eleitoral e o cronograma dos procedimentos, a serem
146 posteriormente submetidos à apreciação e aprovação do plenário do Conselho. Foi ressaltado que as
147 regras e os procedimentos deverão ser definidos com clareza, especialmente quanto à inscrição de
148 candidaturas, à forma de votação, à apuração e ao registro dos votos, considerando as dificuldades
149 observadas na eleição anterior. **Formação continuada das conselheiras e dos conselheiros:** Na sequência,
150 Silvana enfatizou a necessidade de formação continuada das conselheiras e dos conselheiros municipais,
151 especialmente das novas integrantes do CMDM. Foi ressaltado que o Conselho é um espaço de
152 participação política, deliberação e controle social, sendo fundamental o conhecimento sobre suas
153 atribuições, a legislação que o rege, as políticas públicas para as mulheres e a responsabilidade de
154 representação das entidades e órgãos que o compõem. As manifestações destacaram a importância de
155 aprofundar os conceitos de gênero, políticas públicas, governança, controle social, participação
156 democrática e transversalidade das políticas para as mulheres, bem como de fortalecer a compreensão
157 sobre o papel institucional do Conselho. Foi apresentada a proposta de constituição de uma comissão
158 responsável por elaborar uma proposta de formação continuada, contemplando as conselheiras e os
159 conselheiros da atual gestão. Também foi informado que o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher
160 (CEDM/PR), em parceria com a Universidade Estadual de Londrina – UEL, ofertará uma capacitação voltada
161 a todos os conselhos municipais dos direitos das mulheres do Paraná, e que em breve seriam
162 encaminhadas as informações para inscrição. A plenária reconheceu a importância das capacitações
163 propostas e foram indicadas para integrar a Comissão de Formação Continuada para o CMDM as
164 conselheiras Marisol de Oliveira Chiesa e Rosângela Portella Teruel, pelo Poder Público, e Rosalina Batista,



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

Ata da 133ª Reunião Ordinária

18 de agosto de 2026

165 Silvana Aparecida Mariano, Adriane Aparecida Loper e Úrsula Boreal Lopes Brevilheri, pela sociedade civil.
166 Ficou registrado que a comissão deverá apresentar proposta de conteúdo, metodologia e cronograma para
167 apreciação da plenária. **Transferência da servidora Mariluci Queiroz dos Santos:** A Presidente em
168 exercício apresentou a nova Diretora de Atendimento Especializado à Mulher da Secretaria Municipal de
169 Políticas para as Mulheres, Amanda Boza Gonçalves, dando-lhe as boas-vindas e destacando a expectativa
170 de continuidade e fortalecimento dos trabalhos desenvolvidos pela Secretaria e pela Rede de
171 Enfrentamento à Violência Doméstica, Familiar e Sexual Contra as Mulheres. A nova Diretora agradeceu a
172 acolhida e manifestou sua disposição para contribuir com as políticas públicas para as mulheres,
173 destacando sua experiência profissional e o compromisso com a melhoria dos serviços e o trabalho
174 conjunto com o Conselho e com a Rede. As conselheiras Sueli e Elaine, manifestaram preocupação quanto
175 à continuidade das atividades da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, especialmente
176 em razão da substituição da então Diretora e Coordenadora da Rede, Mariluci Queiroz dos Santos, em
177 virtude de sua ampla experiência no tema. As conselheiras ressaltaram a importância da experiência
178 acumulada, da articulação institucional e da continuidade dos trabalhos desenvolvidos nos grupos de
179 trabalho da Rede. A Secretária Municipal esclareceu que a mudança decorreu de decisão administrativa
180 relacionada à organização da equipe e à realocação de servidoras, reafirmando que a Rede não ficaria
181 desassistida e que as portas da Secretaria permaneceriam abertas ao diálogo, à participação e à
182 construção conjunta das políticas públicas para as mulheres. A Secretária da Mulher ressaltou o
183 conhecimento e a experiência da servidora Mariluci, além de sua contribuição para a Rede. Informou,
184 contudo, que havia necessidade de alinhamentos e ajustes na Secretaria, motivo pelo qual a mudança foi
185 considerada necessária. Também foi explicado que a transferência estava relacionada a uma solicitação
186 anterior da Secretaria de Assistência Social, sendo discutida a manutenção da vaga durante a
187 reorganização. A gestão afirmou que houve diálogo com a servidora envolvida antes da efetivação da
188 mudança. Também foi ressaltada a preocupação de que a chegada de uma nova servidora não deveria
189 necessariamente ocorrer mediante a saída de uma profissional experiente. Foi ressaltado que a questão
190 central apresentada pelo Conselho era a saída da servidora Mariluci e não a chegada da Amanda. A nova
191 servidora, Amanda, solicitou a oportunidade de demonstrar seu trabalho e contribuir com a Rede.
192 Questionada sobre a possibilidade de rever a sua decisão em relação à servidora Mariluci, a Secretária
193 Marisol Chiesa reafirmou que a sua decisão estava mantida, conforme já informado. Finalizando este
194 assunto, a conselheira Sueli informa que apresentará esta situação na reunião da Rede, a ser realizada na
195 sexta-feira (21/08), para ser discutida e aprofundada com as instituições que a integram. **9) Informes:**
196 Rosalina convidou para evento em alusão ao Agosto Lilás e 20 anos da Lei Maria da Penha, a ser realizado
197 no dia 21 de agosto, a partir das 9h30, no auditório do Hospital Zona Sul. Rosângela convida para a
198 primeira edição do projeto de justiça itinerante “Maria da Penha pela Cidade”, na Praça da Juventude Sul.
199 A iniciativa integra a programação do Agosto Lilás, sendo uma iniciativa inédita da juíza Cláudia Bertolla,
200 titular do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Londrina, em parceria com a
201 Secretaria Municipal de Política para as Mulheres, Delegacia da Mulher, Polícia Militar, Guarda Municipal e
202 Universidade Estadual de Londrina (UEL), por meio do Núcleo Maria da Penha (Numape), Núcleo de
203 Estudos e Defesa de Direitos da Infância e da Juventude (NEDDIJ) e Escritório de Aplicação de Assuntos
204 Jurídicos (EAAJ). A ação tem como objetivo ampliar o acesso das mulheres à justiça, aos direitos e aos
205 mecanismos de proteção, fortalecendo a articulação e a atuação conjunta dos serviços no enfrentamento



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

Ata da 133ª Reunião Ordinária

18 de agosto de 2026

206 à violência. Durante a iniciativa, os órgãos que integram a rede de proteção às mulheres estarão no local
207 para oferecer orientações e diversos atendimentos. O principal diferencial será a realização de
208 atendimentos imediatos, e não apenas encaminhamentos ou agendamentos. A proposta é iniciar e,
209 sempre que possível, concluir no próprio evento as etapas iniciais da chamada rota crítica da mulher na
210 rede de atendimento. Foi explicado que, durante a ação, poderão ser realizados registros de ocorrência,
211 encaminhamentos judiciais e análise de medidas protetivas, além de outros atendimentos necessários. A
212 iniciativa foi apresentada como projeto-piloto, com expectativa de futuramente ser transformada em ação
213 permanente e replicada em outras regiões de Londrina. Foi informado que o espaço disponibilizado pela
214 Fundação de Esportes, contará com salas destinadas ao atendimento especializado e à estrutura do
215 Judiciário, além de uma sala de espera, garantindo privacidade e sigilo às mulheres atendidas. Também foi
216 informado que os sistemas necessários estarão conectados para possibilitar maior agilidade nos
217 procedimentos. A abertura institucional ocorrerá às 9h30, seguida dos atendimentos ao público das 10h às
218 16h. Rosângela finaliza solicitando o apoio dos integrantes do Conselho e das instituições parceiras para
219 divulgar e mobilizar as mulheres, garantindo que tenham conhecimento e acesso à ação. Informa que a
220 SMPM também solicitou a mobilização de escolas, UBSs, equipamentos da assistência social, entidades
221 comunitárias e demais serviços e organizações da região que possam contribuir para a divulgação da
222 iniciativa. **Saúde mental:** A conselheira Elaine solicitou que o Conselho inclua em sua pauta a discussão
223 sobre saúde mental das mulheres em situação de violência. Destacou que a violência doméstica, sexual e
224 de gênero possui impactos significativos na saúde mental das mulheres e que o CMDM precisa discutir
225 formas adequadas de acompanhamento, considerando que os serviços de atendimento psicológico nem
226 sempre correspondem a atendimento clínico especializado. Foi relatada a existência de discussões
227 anteriores em grupos de trabalho da Rede sobre saúde mental e a elaboração de relatório encaminhado
228 ao Ministério Público em anos anteriores. A proposta é retomar e aprofundar a discussão no âmbito da
229 Rede e do CMDM, envolvendo representantes de diferentes instituições e serviços de saúde. Por fim, fez
230 pedido de pauta para apresentar relatório sobre a questão da saúde mental. Nada mais havendo a tratar, a
231 reunião foi encerrada. Eu, Fernanda Serenário, secretária *ad hoc*, lavrei a presente ata, que, após lida e
232 aprovada, será assinada pela Comissão Diretora do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres. xxxxxxxx